

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 26

Data: 13 de Setembro de 1981

Pg.: _____

PMDB pede programa justo para Carajás

Folha SP
13.09.81

IMPERATRIZ, MA (do correspondente Luis Pedro) — O PMDB divulgou, ontem, em Imperatriz, a 700 quilômetros de São Luís, um documento que coloca em questão o Programa Grande Carajás, que o Governo Federal vem implementando no oeste Maranhense, sul Paraense e norte Goiano e traça uma fundamentação para um plano alternativo "por um programa Carajás socialmente justo e responsável perante as futuras gerações".

O documento foi entregue ao presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, pelo presidente do diretório regional da agremiação, no Maranhão, ex-deputado federal casado Renato Archer, que propõe que a "Declaração de Imperatriz" seja levada ao PMDB para amplo debate, conscientização e encaminhamento final a toda a sociedade brasileira."

A cerimônia de entrega da declaração foi realizada na Câmara Municipal de Imperatriz, durante a qual falaram os geólogos Nelson Guzzo (presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos), Manuel Gabriel Guerreiro (presidente da Associação dos Geólogos da Amazônia, jornalista Marcos Dantas (editor do Relatório Reservado); e o deputado federal Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), abordando diversos aspectos do Programa Grande Carajás.

Discursaram, também, os candidatos aos governos dos Estados do Pará e Goiás, pelo PMDB, respectivamente, Jader Barbalho e Iris Resende, além do ex-governador goiano Mauro

Borges e do candidato ao governo do Maranhão Renato Archer.

O documento divulgado ontem divide-se em quatro partes. Na primeira, levanta aspectos restritivos ao programa. Na segunda, fundamenta um programa alternativo ao que hoje está em execução. Na terceira, propõe medidas corretivas para redefinição do programa e, por fim, apresenta uma conclusão.

A principal crítica levantada na primeira parte refere-se à ilegitimidade do programa, conduzido de maneira autoritária, imediatista e predatória, segundo o documento. Além desses vícios formais, o programa sofreria de um problema insanável em termos de conteúdo: "os grandes impasses que hoje assolam a economia nacional — dívida externa e balança de pagamentos — se originaram de sucessivos programas igualmente ambiciosos e circunstanciais, formulados de acordo com o mesmo processo de decisão autocrática e arbitrária que hoje se repete de forma agravada em Carajás (...). Verifica-se portanto a repetição de uma profilaxia comprovadamente desastrosa: a de implementação de programas megalomaniacos para solucionar o impasse de encargos de dívidas externas por eles mesmos contraídas, em circunstâncias semelhantes."

O documento levanta, ainda, o impacto social que derivará do programa agravando ainda mais a já difícil situação da região em que está sendo implantado, caracterizada pelas desigualdades de renda e pela concentração de terras e outras riquezas, nas mãos de uns poucos.

Refere-se, ainda, ao impacto ambiental dos empreendimentos do programa, da concessão de energia a custos subsidiados e da falta de valorização dos recursos naturais que serão explorados, mas, ao contrário, sua "alienação expressa em cláusulas contratuais pouco consentâneas com a crescente importância do distrito mineiro de Carajás para o suprimento de insumos industriais às nações industrializadas".